



Organização
Internacional
do Trabalho

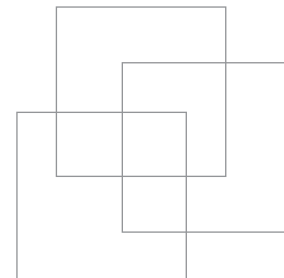
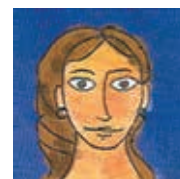
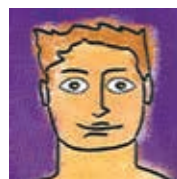
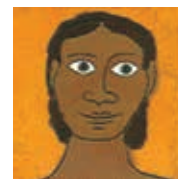
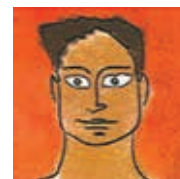
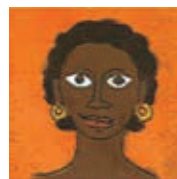


TRABALHO DECENTE E JUVENTUDE



SÉRIE: SUBCOMITÊ DA JUVENTUDE • AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE

Inserção
digna e ativa
no mundo do
trabalho



**INSERÇÃO DOS JOVENS
NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO:
EVOLUÇÃO E DESIGUALDADES
NO PERÍODO 2006-2013**

Carlos Henrique L. Corseuil

Maíra A. P. Franca

Copyright © Organização Internacional do Trabalho e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2015

Primeira edição: 2015

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam de proteção de direitos de propriedade intelectual em virtude do Protocolo 2 da Convenção Universal sobre Direitos Autorais. No entanto, pequenos trechos dessas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para obter direitos de reprodução ou de tradução, solicitações para esses fins devem ser apresentadas ao Departamento de Publicações da OIT (Direitos e permissões), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça, ou por correio eletrônico: rights@ilo.org. Solicitações dessa natureza serão bem-vindas.

As bibliotecas, instituições e outros usuários registrados em uma organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org.

Corseuil, Carlos Henrique L; Franca, Máira A. P

INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO : EVOLUÇÃO E DESIGUALDADES NO PERÍODO 2006-2013 / Carlos Henrique L. Corseuil, Máira A. P. Franca ; - Brasília: OIT, 2015.

ISBN: 9789228304213(print)

ISBN: 9789228304220 (web pdf)

Organização Internacional do Trabalho, Escritório da OIT no Brasil.

emprego de jovens / inserção no mercado de trabalho / aspecto demográfico / mudança ocupacional / tendências / Brasil

13.01.3

Dados de catalogação da OIT

As denominações empregadas e a forma na qual dados são apresentados nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, não implicam nenhum julgamento por parte da Organização Internacional do Trabalho sobre a condição jurídica de nenhum país, zona ou território citado ou de suas autoridades e tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos artigos, estudos e outras colaborações assinados cabe exclusivamente aos seus autores e sua publicação não significa que a OIT ou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada as endosse.

Referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam aprovação por parte da Organização Internacional do Trabalho ou do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o fato de não serem mencionadas empresas ou processos ou produtos comerciais não implica nenhuma desaprovação.

As publicações e produtos eletrônicos da OIT podem ser obtidos nas principais livrarias e em redes de distribuição digital, enviando pedidos para: ilo@turpin-distribution.com. Para mais informações, visite o nosso site ilo.org/publns ou entre em contato pelo email ilopubs@ilo.org.

Impresso no Brasil

Sumário

1. Introdução.....	06
2. Evolução: quadro geral.....	07
3. Evolução da quantidade de jovens trabalhando: desigualdades	09
3.1. Desigualdades por faixa etária	09
3.2. Desigualdades por outras características demográficas: gênero e raça/cor.....	11
3.3. Desigualdades por características sócio-regionais (renda, educação e rural).....	13
4. Evolução da qualidade dos postos de trabalho ocupado por jovens: desigualdades	16
5. Evolução da estrutura do emprego dos jovens por tipo de ocupação: quadro geral	18
6. Considerações Finais.....	21
7. Referências Bibliográficas.....	22
APÊNDICE.....	23



Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiros: evolução e desigualdades no período 2006-2013¹

Carlos Henrique L. Corseuil²

Maíra A. P. Franca³

¹ Os autores se beneficiaram de diversos comentários feitos por participantes do subcomitê de trabalho decente para a juventude. Desde a seleção de indicadores aqui apresentados, bem como recortes considerados, e até mesmo interpretações refletem em algum grau o diálogo construtivo com os participantes; que são muitos para serem aqui citados nominalmente. No entanto seria uma injustiça não destacar a importância da Organização Internacional do Trabalho e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) nas pessoas de Laís Abramo e Helena Abramo para a realização desse projeto em suas diversas etapas. Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de expressar nossa gratidão a Nadine Neumann pelo apoio extremamente eficiente no processamento das informações aqui analisadas.

² Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA

³ Bolsista no IPEA e aluna de doutorado no departamento de Economia da UFF.



1. Introdução

Esse texto busca integrar e consolidar uma série de fatos levantados com a finalidade de subsidiar a construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (PNTDJ). Mais especificamente trataremos aqui dos fatos relacionados diretamente ao tema trabalho. O objetivo é ter um diagnóstico atualizado sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho abordando tanto aspectos relacionados a quantidade de jovens nesse mercado como também relacionados ao tipo de inserção.

Além de constar como um dos eixos do referido plano, o tema trabalho havia sido eleito como uma das 4 prioridades da agenda de trabalho decente para a juventude. Na ocasião da construção da agenda também foi elaborado um diagnóstico (OIT 2009). No entanto as informações ali contidas contemplavam um horizonte temporal que se encerrava no ano de 2006. Esse texto visa, portanto, complementar aquele, trazendo um diagnóstico atualizado. Assim, optamos por mostrar e comentar a evolução da inserção dos jovens no mercado de trabalho entre 2006 e 2013. Para isso nos debruçamos nos dados da PNAD anual de 2006 e 2013.⁴ Essa fonte de informação foi escolhida por contemplar em sua amostra todo o território nacional, além de possibilitar a construção de diversos indicadores quantitativos de suma relevância para a análise do mercado de trabalho em geral, e dos jovens em particular.

Dada a riqueza de informação e a conseqüente abundância de indicadores passíveis de serem analisados pela PNAD, optamos por estruturar nossa análise em dois subconjuntos de indicadores: i) aqueles referentes à quantidade de jovens no mercado de trabalho, e ii) aqueles referentes ao tipo de inserção dos jovens nesse mercado. O segundo subconjunto de indicadores, por sua vez foi desmembrado em outros dois grupos, destacando num grupo aqueles indicadores que além de refletirem o tipo de inserção dos jovens no mercado de trabalho podem ser interpretados como ilustrativos da qualidade dessa inserção.

Ainda que muito rica, a PNAD anual não permite a investigação de algumas dimensões relevantes para a análise da inserção dos jovens no mercado de trabalho. Felizmente outros estudos estão disponíveis para cobrir essas lacunas. Vale mencionar o tema rotatividade que é o objeto de análise de Corseuil et alii (2014), bem como a barreira ao primeiro emprego, tema investigado por Reis (2014). Para uma análise integrada de um subconjunto dos indicadores aqui analisados com os resultados dos estudos mencionados acima, o leitor pode consultar (IPEA-SNJ [2014]).

Por fim esse mesmo contexto de formulação do PNTDJ também estimulou outros trabalhos, que compõem a série de estudos organizada pela OIT e pelo IPEA, na qual se inclui o presente texto.

⁴ A denominação PNAD anual visa esclarecer que se trata da pesquisa domiciliar que o IBGE conduz com entrevistas realizadas uma vez por ano desde a década de 70, em contraste com a PNAD contínua, implementada a partir de 2012 e conduzida também pelo IBGE, porém com entrevistas “espalhadas” por todos os meses do ano.



2. Evolução: quadro geral

A tabela 1 apresenta a evolução entre 2006 e 2013 dos indicadores selecionados para mostrar aspectos relacionados à quantidade de jovens de 15 a 29 anos de idade no mercado de trabalho. Na primeira linha temos a evolução da parcela da população jovem que se encontra ocupada. Dois fatos merecem destaque. Em primeiro lugar, o indicador, que denotamos por taxa de ocupação, se mantém acima de 50% em ambos os anos. Ou seja, mais da metade dos jovens de 15 a 29 anos de idade exercia algum tipo de trabalho. Em segundo lugar, houve uma queda na taxa de ocupação dos jovens que passou de 57,2% em 2006 para 55,2% em 2013.

A parcela de jovens ocupados pode ser determinada tanto pelo grau de interesse do jovem em ingressar no mercado de trabalho como por dificuldades de conseguir uma ocupação quando a busca é feita. Para melhor compreender o papel desses dois determinantes na evolução recente da taxa de ocupação, registramos nas duas últimas linhas da tabela 1 as taxas de participação e de desemprego respectivamente para jovens.

A taxa de participação expressa a parcela de jovens em busca de uma ocupação ou já ocupado, e nesse sentido denota a parcela de jovens que “participa” do mercado de trabalho.⁵ De acordo com a segunda linha da tabela 1 em torno de 2/3 dos jovens participam do mercado de trabalho no período analisado. Em relação à evolução desse indicador há uma tendência de queda tal como na taxa de ocupação. A taxa de participação cai de 67,9% em 2006 a 63,5% em 2013⁶.

Tabela 1

Indicadores	2006	2013	Variação (%)
Taxa de ocupação	57,2%	55,2%	-3,5%
Taxa de participação	67,9%	63,5%	-6,4%
Taxa de desemprego	15,6%	13,0%	-16,8%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Por fim, a última linha da tabela 1 mostra a evolução da taxa de desemprego. Esse indicador expressa a parcela dos participantes que não está ocupado, mas busca essa situação no mercado de trabalho.⁷ Tal como os demais indicadores da tabela 1, a taxa de desemprego também aponta para uma tendência de queda entre 2006 e 2013, passando de 15,6% no primeiro ano para 13% no último.⁸

Os três indicadores analisados em conjunto sugerem que a menor parcela de jovens trabalhando em 2013 em relação a 2006 não veio acompanhada de um aumento no desemprego, mas sim de um menor

⁵ A taxa de participação é definida formalmente como a razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA). Para o caso dos jovens de 15 a 29 anos de idade a PIA coincide com a população nessa faixa etária. Vale dizer que a condição de participar do mercado de trabalho é por vezes referida como “em atividade”, dando origem a denominação “taxa de atividade” como sinônimo da taxa de participação.

⁶ O valor médio no período foi de 66,5%.

⁷ A taxa de desemprego é definida formalmente como a razão entre a população desempregada e a PEA. Para ser classificado como desempregado o indivíduo deve não estar exercendo nenhum trabalho mas em busca de um.

⁸ O valor médio no período foi de 14%.

envolvimento com o mercado de trabalho, que passa por uma menor parcela de jovens buscando um trabalho na semana de referência usada para computar os indicadores analisados acima.

Diante desse quadro cabe nos perguntar, será que o mercado de trabalho tem se mostrado menos atrativo ao jovem, e por isso induzindo a uma menor participação? Assim, a importância da análise da qualidade dos postos de trabalho ocupados por jovens extrapola o que ocorre com essa dimensão em si, lançando luz na interpretação dos resultados encontrados na dimensão da quantidade de postos ocupados por jovens.

A tabela 2 abaixo mostra a evolução entre 2006 e 2013 dos indicadores selecionados para mostrar aspectos relacionados à qualidade dos postos de trabalho ocupados por jovens de 15 a 29 anos de idade. Na primeira linha temos a evolução da parcela de jovens ocupados cujo posto era informal. O indicador, que denotamos por taxa de informalidade⁹, cai vertiginosamente, partindo de 52,1% em 2006 e alcançando 38,6% em 2013. A segunda linha mostra que, de forma condizente com a queda da informalidade, também cai a parcela de jovens ocupados que são remunerados em valores inferiores ao salário mínimo. Em 2006 tínhamos 31% de jovens com remuneração no trabalho principal inferior ao valor do mínimo, ao passo que em 2013 registra-se 21% de jovens nessa condição. Essa queda se torna ainda mais expressiva por ocorrer num momento de valorização do salário mínimo.¹⁰

Na última linha temos a média da remuneração real obtida no trabalho principal do jovem para 2006 e 2013, ambas expressas em reais de 2013. O rendimento médio real do trabalho principal dos jovens sobe de R\$768 em 2006 para R\$1.070 em 2013. O crescimento real da remuneração média nesse período foi de 300 reais, o que representa cerca de 40% do valor de 2006.

Tabela 2

Indicadores	2006	2013	Varição (%)
Taxa de informalidade	52,1%	38,6%	-25,9%
Jovens ocupados que recebem menos que um salário mínimo	30,9%	21,1%	-31,9%
Remuneração média	768,2	1070,1	39,3%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Em suma a qualidade dos postos ocupados por jovens parece ter melhorado sensivelmente de 2006 a 2013. Esse fato vai de encontro a uma interpretação para a queda na taxa de participação como resultante de uma menor atratividade do mercado de trabalho. Uma análise desagregada pode nos dar mais segurança sobre essa interpretação. Em princípio seria possível que um grupo específico tenha concentrado a queda na taxa de participação e ao mesmo tempo ter experimentado uma piora na qualidade dos postos que ocupa. Veremos na próxima seção que há uma concentração na queda da taxa de ocupação e de participação entre os mais jovens. Porém a seção seguinte mostra que não há piora nas condições de trabalho desse grupo.

⁹ Definimos a taxa de informalidade como a proporção de ocupados que se enquadravam em uma das seguintes posições na ocupação: empregado sem carteira, conta-própria, empregado sem remuneração.

¹⁰ A valorização real (ou seja, descontada a inflação) do salário mínimo foi de aproximadamente 35% entre a data da PNAD 2006 e a data da PNAD 2013 (ou seja, de setembro de 2006 a setembro de 2013).

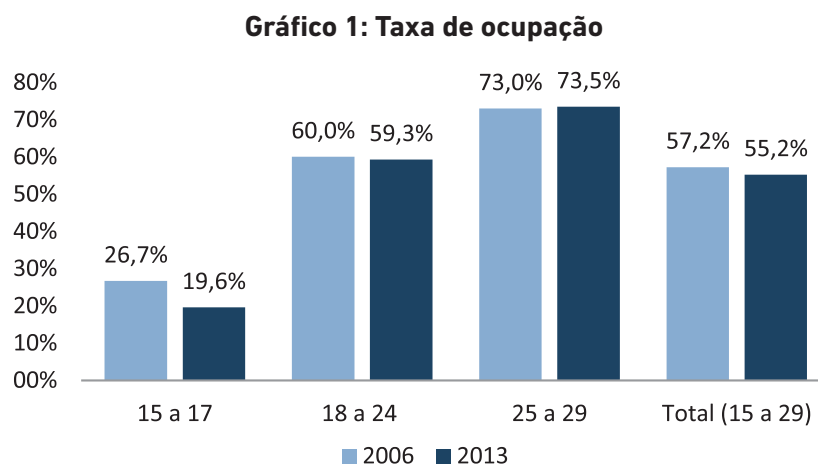


3. Evolução da quantidade de jovens trabalhando: desigualdades

Na seção anterior foi detectado um movimento de queda na ocupação dos jovens relacionada sobretudo a uma simultânea queda na participação. Nas próximas sub-seções investigaremos o quanto desse quadro geral é representativo de diversos segmentos da população jovem.

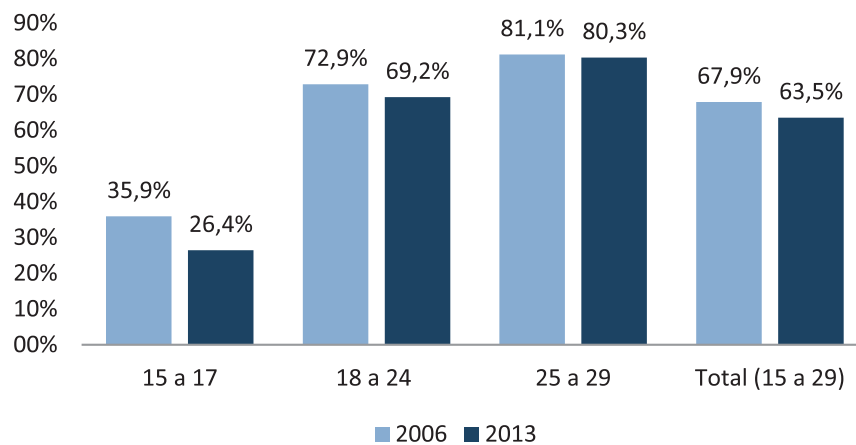
3.1. Desigualdades por faixa etária

Como pode ser visto pelo gráfico 1, o percentual de ocupados entre os jovens de 15 a 17 anos está muito abaixo do que nas demais faixas etárias. Fora isso, a taxa de ocupação dos mais novos apresentou uma trajetória de queda, passando de 26,7% em 2006 para 19,6% em 2013. Esta trajetória se distingue do que foi observado para os jovens de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, em que se verificou valores próximos de 60% em ambos os anos para o primeiro grupo, e valores em torno de 73% para o segundo grupo.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

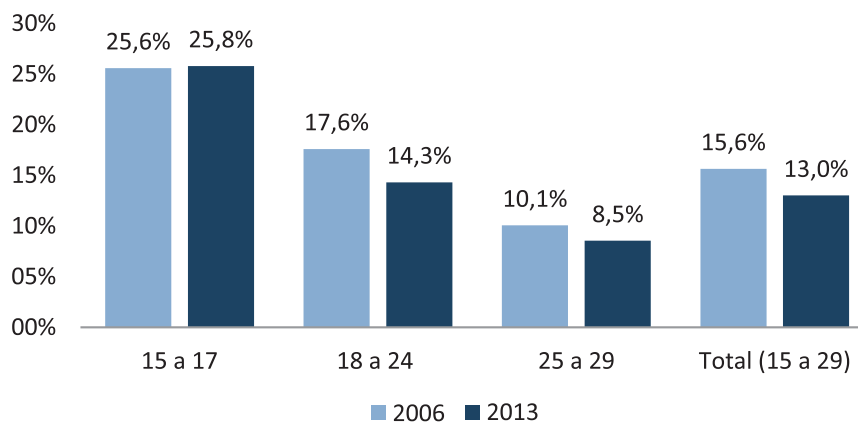
O gráfico 2 mostra a evolução das taxas de participação por faixa etária. Entre os jovens de 15 a 17 anos, confirma-se uma queda expressiva de quase 10 pontos de porcentagem (pp) da participação, passando de 35,9% em 2006 para 26,4% em 2013. Nas demais faixas, há movimentos bem mais suaves, com quedas de 3,7 pp para a faixa de 18 a 24 anos, e de apenas 0,8 pp para os jovens de 25 a 29 anos. Esses resultados do gráfico 2 nos levam a concluir que a queda recente na taxa de participação do agregado de jovens reportada na tabela 1 se deve a evolução dos dois grupos mais jovens.

**Gráfico 2: Taxa de participação**

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Para completar o quadro, o gráfico 3 traz também a taxa de desemprego por faixa etária de jovens. Mais uma vez temos a evolução da faixa etária de 15 a 17 anos destoando das demais. Em primeiro lugar podemos ver que o patamar do desemprego é bem superior para a faixa de 15 a 17 anos. Por exemplo, mais de um quarto dos jovens de 15 a 17 anos encontrava-se em situação de desemprego em 2013. Nos outros grupos etários a situação é menos crítica, com taxas de 14,3% e 8,5% para os grupos de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, respectivamente. Além das diferenças no nível, a trajetória do desemprego da faixa de 15 a 17 anos também destoa. A taxa de desemprego se mostrou estagnada para esse grupo entre 2006 e 2013, e com clara tendência de queda para as demais faixas etárias.

Em suma, a taxa de ocupação do grupo de 15 a 17 anos apresentou uma queda relativamente acentuada entre 2006 e 2013. Essa queda foi puxada por um movimento similar na taxa de participação.

Gráfico 3: Taxa de desemprego

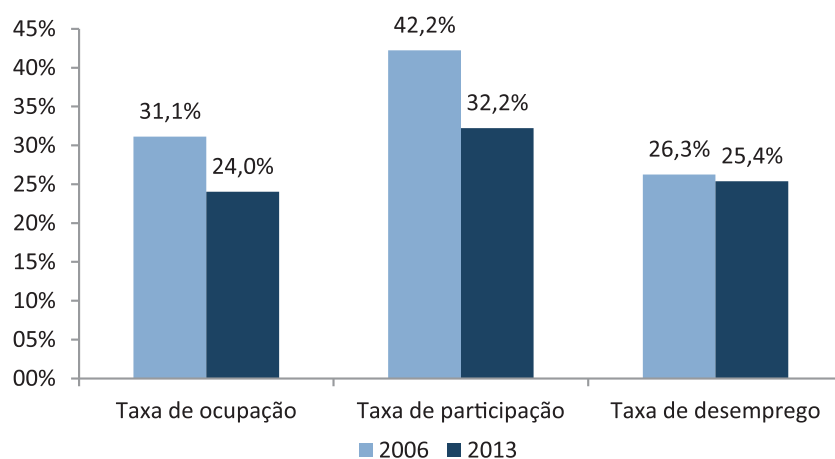
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Há uma controvérsia sobre a pertinência de se analisar indicadores de mercado de trabalho para jovens de 15 anos. Nessa idade a única inserção legal no mercado de trabalho se dá pelo contrato de aprendizagem. Além disso, a idade de 15 anos ainda é parte da faixa para a qual a frequência à escola é obrigatória. Sendo assim computamos os indicadores também para a faixa etária de 16 a 17 anos. Os



resultados que estão reportados no gráfico 4 mostram que os aspectos qualitativos destacados para a faixa de 15 a 17 continuam válidos quando olhamos para a faixa de 16 a 17 anos.

Gráfico 4: Indicadores de mercado de trabalho - jovens 16 a 17 anos



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

3.2. Desigualdades por outras características demográficas: gênero e raça/cor

A análise dos indicadores por características demográficas (gênero e cor/raça) na tabela 3 revela outras desigualdades existentes no mercado de trabalho de jovens. Com relação as diferenças de gênero, há uma grande disparidade nas taxas de ocupação, com os homens registrando valores bem maiores do que aqueles registrados para as mulheres. A diferença fica em torno de 20 pp nos anos analisados. No entanto as trajetórias, que também são díspares, vão no sentido de atenuar essas diferenças. De acordo com a tabela 3, a taxa de ocupação masculina seguiu uma tendência de queda, passando de 68,6% em 2006 para 64,3% em 2013. No mesmo período, a taxa de ocupação feminina se manteve estável, atingido o valor de 46,2% em 2013. Assim a diferença que em 2006 era de 22pp em relação aos homens passa a ser de aproximadamente 18 pp.

Tabela 3: Indicadores por gênero

	2006	2013	Variação (%)
Taxa de ocupação			
Homem	68,6%	64,3%	-6,2%
Mulher	46,1%	46,2%	0,3%
Taxa de participação			
Homem	77,8%	71,9%	-7,7%
Mulher	58,1%	55,2%	-4,9%
Taxa de desemprego			
Homem	11,8%	10,5%	-11,7%
Mulher	20,6%	16,3%	-21,0%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA



A diferença na participação no mercado de trabalho entre os gêneros também é significativa. Mais de 70% dos homens participavam do mercado de trabalho. Entre as mulheres esse percentual ficou abaixo de 60% nos dois anos. É interessante notar que no recorte por gênero também temos uma associação clara de trajetória da taxa de participação com a da taxa de ocupação para um grupo específico, que nesse caso vem a ser o dos homens. A tabela 3 mostra que os homens apresentaram uma queda na taxa de participação de 77,8% em 2006 para 71,9% em 2013. Para as mulheres também foi registrado um queda na taxa de participação, ainda que ligeiramente mais suave, passando de 58,1% em 2006 para 55,2% em 2013. Essas quedas na taxa de participação registradas para ambos os sexos deveriam pressionar a taxa de ocupação para baixo. Vimos acima que a ocupação de fato caiu para os homens mas não para as mulheres. Isso se deve as diferenças nas evoluções das taxas de desemprego, como veremos a seguir.

A taxa de desemprego feminina, de 20,6% em 2006, era significativamente mais alta do que a dos homens, de 11,8%, no mesmo ano. Durante o período ocorreu uma queda no desemprego para os dois grupos, porém essa queda foi maior para as mulheres (21,2%) do que para os homens (11,4%). Assim, em 2013 a diferença no desemprego entre os gêneros foi reduzida. A taxa de desemprego das mulheres ficou em 16,3% e a dos homens em 10,5%.

Em suma, em 2013 menos mulheres jovens (em termos proporcionais) participavam do mercado de trabalho do que em 2006. No entanto a menor presença das jovens mulheres no mercado de trabalho teve um rebatimento maior sobre aquelas desempregadas resultando em uma menor taxa de desemprego com estabilidade da taxa de ocupação. Já os homens jovens seguiram o padrão agregado para os jovens de redução da taxa de ocupação motivada por uma redução forte na taxa de participação.

As disparidades entre cor/raça estão registradas na tabela 4. A taxa de ocupação dos brancos é superior a dos pretos e pardos. No entanto a diferença em 2006 era de apenas 4 pp, com brancos registrando uma taxa de ocupação de 59% e 55% para pretos e pardos. No entanto as trajetórias vão no sentido de aumentar essas diferenças. De acordo com a tabela 4, a taxa de ocupação dos pretos e pardos caiu de forma mais acentuada, passando para 52,5% em 2013. No mesmo período, a taxa de ocupação dos brancos se manteve relativamente estável, atingido o valor de 58,7% em 2013. Assim a diferença que em 2006 era de 4pp passa a ser de 6,2 pp em 2013.

Tabela 4: Indicadores por raça

	2006	2013	Varição (%)
Taxa de ocupação			
Branco	59,3%	58,7%	-1,0%
Pretos e Pardos	55,3%	52,5%	-5,1%
Taxa de participação			
Branco	69,2%	65,9%	-4,8%
Pretos e Pardos	66,6%	61,6%	-7,5%
Taxa de desemprego			
Branco	14,3%	11,0%	-23,6%
Pretos e Pardos	16,9%	14,7%	-12,8%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

A evolução nas taxas de desemprego também foram menos favoráveis aos pretos e pardos, que registraram uma queda de 12,8% nesse indicador (de 16,9% em 2006 para 14,7% em 2013), contra uma que-



da de 23,6% para os brancos (de 14,3% em 2006 para 11% em 2013). É interessante notar que a maior queda no desemprego para os brancos veio a despeito de uma menor queda na taxa de participação deste grupo em relação aos pretos e pardos. Para os brancos a taxa de participação cai de 69,2% em 2006 para 65,2% em 2013; já para pretos e pardos a evolução desse mesmo indicador parte de 66,6% em 2006 e vai a 61,6% em 2013.

Ou seja, a queda na taxa de participação entre os brancos, apesar de menor, tem um maior rebatimento na queda do desemprego quando comparamos com o cenário registrado para pretos e pardos cuja queda mais acentuada na participação tem uma ligação maior com a queda experimentada na taxa de ocupação.

3.3. Desigualdades por características sócio-regionais (renda, educação e rural)

Outro recorte que apresenta resultados bastante heterogêneos no que diz respeito à evolução do quantitativo de jovens no mercado de trabalho é aquele referente ao nível educacional. A evolução dos jovens com fundamental incompleto destoa dos demais, como pode ser visto na tabela 5. Esse grupo apresenta a maior redução na taxa de ocupação entre 2006 e 2013. Além disso, é o único dos três grupos considerados que experimenta um aumento na taxa de desemprego no mesmo período. Como resultado desse contraste, a diferença na taxa de ocupação do grupo de jovens com fundamental incompleto para o grupo com médio completo passa de aproximadamente 19pp em 2006 (50,9% contra 70%) para 27,3pp (42,1% contra 69,4%) em 2013. Já a taxa de desemprego que era praticamente a mesma para os dois grupos em 2006 (14,2% e 13,9%) passa a registrar uma diferença de 4pp em 2013 (15% e 11,1%).

Ainda sobre o recorte por grupos educacionais vale notar que a situação do grupo intermediário (fundamental completo ou médio incompleto) em 2013 está num patamar muito próximo da situação registrada para o grupo com fundamental incompleto. As diferenças nos três indicadores considerados na tabela 5 ficam em torno de 1pp entre esses dois grupos. Já a situação do grupo com médio completo é bem mais favorável nas dimensões quantitativas aqui consideradas. Esse resultado sugere que a exigência por um nível de qualificação equivalente ao médio completo vem a ser cada vez mais comum no mercado de trabalho, o que poderia estar restringindo as taxas de ocupação dos demais grupos (em torno de 42% em 2013). Essa hipótese também seria condizente com as baixas taxas de ocupação dos jovens de 15 a 17 anos.

Tabela 5: Indicadores por nível de estudo

	2006	2013	Variação (%)
Taxa de ocupação			
Ensino Fund. (EF) Incompleto	50,9%	42,1%	-17,3%
EF Completo e Médio incompleto	47,4%	42,7%	-9,9%
Ensino Médio (EM) completo	70,0%	69,4%	-0,9%
Taxa de participação			
Ensino Fund. (EF) Incompleto	59,3%	49,6%	-16,5%
EF Completo e Médio incompleto	59,6%	51,0%	-14,4%
Ensino Médio (EM) completo	81,3%	78,0%	-4,1%
Taxa de desemprego			
Ensino Fund. (EF) Incompleto	14,2%	15,0%	6,1%
EF Completo e Médio incompleto	20,5%	16,3%	-20,7%
Ensino Médio (EM) completo	13,9%	11,1%	-20,5%



A tabela 6 revela resultados deveras preocupantes no que diz a evolução de aspectos quantitativos da inserção dos jovens no mercado de trabalho quando analisados por nível de renda familiar per capita. Consideramos 5 grupos de igual tamanho (e por isso chamados de quintis) ordenados por essa variável de renda. A evolução do grupo com menor rendimento (primeiro quintil) é extremamente desfavorável. Esse grupo registra uma queda acentuada (cerca de 43%) na taxa de ocupação e um aumento de aproximadamente 50% na taxa de desemprego. Os resultados se tornam ainda mais dramáticos se considerarmos que a taxa de participação caiu cerca de 30% para esse grupo.

Mais do que isso os resultados melhoram progressivamente à medida que se considera os grupos com posições relativamente mais favoráveis na distribuição de renda. Em relação à taxa de ocupação, enquanto os jovens no primeiro quintil da distribuição de renda vão de 38,8% em 2006 para 22% em 2013, aqueles do quinto quintil vão de 66,5% em 2006 para 71,4% em 2013. Ou seja, no último ano considerado (2013) a probabilidade de um jovem do quinto quintil estar ocupado é mais do que três vezes maior do que a probabilidade de um jovem do primeiro quintil estar ocupado. Essa mesma situação ocorre de forma ainda mais intensa para a evolução da taxa de desemprego. Para os jovens no primeiro quintil da distribuição de renda a taxa de desemprego parte de 27,9% em 2006 e chega a 41,7% em 2013. Já para aqueles jovens do quinto quintil a taxa de desemprego cai de 8,7% em 2006 para 5,2% em 2013. Ou seja, no último ano considerado (2013) a probabilidade de um jovem do quinto quintil estar desempregado é oito (!) vezes maior do que a probabilidade de um jovem do primeiro quintil estar ocupado. Do ponto de vista distributivo essa situação é bastante alarmante visto que a possibilidade de mobilidade social para os grupos menos favorecidos fica comprometida quando seus jovens tem mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Tabela 6: Indicadores por nível de renda

	2006	2013	Varição (%)
Taxa de ocupação			
Quintil 1	38,8%	22,0%	-43,3%
Quintil 2	48,9%	36,7%	-24,9%
Quintil 3	60,7%	48,9%	-19,5%
Quintil 4	70,0%	66,4%	-5,2%
Quintil 5	66,5%	71,4%	7,4%
Taxa de participação			
Quintil 1	53,8%	37,7%	-29,8%
Quintil 2	62,0%	48,5%	-21,8%
Quintil 3	71,6%	59,0%	-17,5%
Quintil 4	78,0%	72,9%	-6,5%
Quintil 5	72,8%	75,4%	3,5%
Taxa de desemprego			
Quintil 1	27,9%	41,7%	49,8%
Quintil 2	21,1%	24,2%	15,0%
Quintil 3	15,2%	17,2%	13,1%
Quintil 4	10,3%	9,0%	-12,1%
Quintil 5	8,7%	5,2%	-39,9%



As disparidades entre regiões urbanas e rurais estão registradas na tabela 7. A evolução nas taxas de ocupação foram menos favoráveis aos jovens da área rural, que registraram uma queda de 19% nesse indicador (de 57,6% em 2006 para 46,7% em 2013), contra uma queda de apenas 1,2% para os jovens da área urbana (de 57,2% em 2006 para 56,5% em 2013). A evolução na taxa de desemprego é ainda menos favorável aos jovens na área rural. Apesar de registrar taxas de desemprego sempre menores do que os jovens na área urbana, os jovens na área rural viram o desemprego crescer de 8% para 10,7% entre 2006 e 2013, período no qual o desemprego caiu de 16,8% para 13,3% para os jovens na área urbana.

É interessante notar que a queda no desemprego para os jovens na área urbana veio a despeito de uma menor queda na taxa de participação deste grupo em relação aos jovens da área rural. Para os jovens da área urbana a taxa de participação cai de 68,8% em 2006 para 65,2% em 2013; já para os jovens da área rural a evolução desse mesmo indicador parte de 62,6% em 2006 e vai a 52,3% em 2013.

Tabela 7 Indicadores por área: rural e urbana

	2006	2013	Varição (%)
Taxa de ocupação			
Rural	57,6%	46,7%	-19,0%
Urbano	57,2%	56,5%	-1,2%
Taxa de participação			
Rural	62,6%	52,3%	-16,5%
Urbano	68,8%	65,2%	-5,3%
Taxa de desemprego			
Rural	8,0%	10,7%	33,8%
Urbano	16,8%	13,3%	-21,1%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Ou seja, a queda na taxa de participação entre os jovens urbanos, apesar de menor, tem um maior rebatimento na queda do desemprego quando comparamos com o cenário registrado para os jovens da área rural cuja queda mais acentuada na participação tem uma ligação maior com a queda experimentada na taxa de ocupação.

Em resumo durante o período ocorreu uma queda generalizada da participação dos jovens no mercado de trabalho, o que pressionou a taxa de ocupação para baixo. À exceção do grupo de mulheres, em todos os recortes a taxa de participação e a taxa de ocupação se moveram na mesma direção. Os grupos mais vulneráveis (jovens de baixa renda, com pouca escolaridade e das áreas rurais) apresentaram quedas mais acentuadas na ocupação e participação no mercado de trabalho. Cabe destacar que apesar do resultado negativo no mercado de trabalho esses grupos exibiram uma evolução mais favorável no tocante à escolaridade.



4. Evolução da qualidade dos postos de trabalho ocupado por jovens: desigualdades

O rendimento médio do trabalho principal apresentou uma trajetória de crescimento em todos os recortes analisados, como pode ser verificado na tabela 8. Para quase todos esses recortes, a valorização do rendimento real foi maior para os grupos menos favorecidos. Na comparação por faixa etária, por exemplo, nota-se que a taxa de crescimento do salário real dos jovens de 15 a 17 anos foi de 69%, superior à observada para os jovens de 18 a 24 anos (42%) e de 25 a 29 anos (30%). O mesmo ocorre para as mulheres em comparação aos homens, para os trabalhadores pretos e pardos em relação aos trabalhadores brancos, para os trabalhadores menos escolarizados em relação aos mais escolarizados, e para os trabalhadores rurais em comparação aos trabalhadores urbanos. A exceção para esse quadro de melhora mais acentuada nos rendimentos para grupos menos favorecidos ocorre justamente na divisão por renda familiar per capita. Os 20% mais pobres exibiram um crescimento da renda real do trabalho de 16%, inferior aos recortes intermediários. No último quinto de renda a taxa de crescimento real dos salários foi de 5,6%.

A tabela 8 também traz resultados para a evolução da informalidade nos mesmos recortes. De forma geral podemos dizer que há uma tendência generalizada de queda da informalidade, porém diferente da melhora nos rendimentos, a melhora na informalidade raramente se concentra nos grupos menos favorecidos. Por exemplo, entre os mais novos, na faixa etária de 15 a 17 anos, houve uma redução na informalidade de 11,9%, inferior ao verificado nas faixas de 18 a 24 (27,6%) e 25 a 29 anos (25%).

O recorte de gênero é o único para o qual a queda na informalidade se concentra nos grupos menos favorecidos. Enquanto os homens registram queda de 51,6% em 2006 para 39,3% em 2013, as mulheres vão de 52,9% para 37,6% no mesmo período. Ou seja, as mulheres tinham a taxa de informalidade mais alta do que os homens em 2006 mas as posições relativas se invertem em 2013.

Em todos os demais recortes a queda na informalidade foi mais intensa para os grupos mais favorecidos. No recorte de cor e raça, a melhora foi mais intensa para os brancos (queda de 27,8%) do que para os pretos e pardos (queda de 25,8%). Entre os jovens com ensino médio completo a redução da informalidade foi de 20,6%, ligeiramente superior àquela observada para os jovens com ensino médio incompleto (18,3%), porém muito superior a queda de 13% registrada para os jovens com ensino fundamental incompleto.

A diferença entre grupos na redução da informalidade também é intensa no recorte por grau de urbanização. A queda da informalidade na área urbana de 25,8% foi muito superior àquela observada para área rural (15,3%).

Esse padrão de redução de informalidade mais intensa para os grupos mais favorecidos fica mais evidente no recorte por renda domiciliar per capita. Enquanto a informalidade caiu 23% para aqueles residentes em domicílios com renda domiciliar per capita no quintil superior, entre os mais pobres verificou-se um aumento na informalidade de 1,5%. Esse grupo aliás atinge em 2013 a alarmante taxa de 88,4% de informalidade.

A tabela 9 no apêndice traz a evolução da proporção de jovens com rendimento do trabalho principal inferiores a um salário mínimo segundo os mesmos recortes analisados na tabela 8. O padrão das evoluções tende a acompanhar o que foi relatado aqui para a informalidade. Ou seja, a tendência é de diminuição da parcela de jovens com rendimento inferior ao valor do mínimo, mas em geral a queda da parcela de jovens nessa situação não é mais intensa para os grupos mais vulneráveis.



Tabela 8: Evolução da qualidade do emprego por subgrupo - jovens 15 a 29 anos

Subgrupo	Rendimento médio real do trabalho principal*			Taxa de informalidade		
	2006	2013	Variação (%)	2006	2013	Variação (%)
Brasil	768,2%	1070,1	39,3%	52,1%	38,6%	-25,9%
Por Faixa Etária						
15 a 17 anos	272,3	460,2	69,0%	87,0%	76,6%	-11,9%
18 a 24 anos	659,7	939,3	42,4%	52,6%	38,1%	-27,6%
25 a 29 anos	1025,5	1336,0	30,3%	43,2%	32,4%	-25,0%
Por Gênero						
Homens	825,6	1137,2	37,8%	51,6%	39,3%	-23,8%
Mulheres	684,9	978,1	42,8%	52,9%	37,6%	-28,8%
Por Cor/Raça						
Brancos	937,7	1253,0	33,6%	44,4%	32,0%	-27,8%
Pretos e Pardos	600,4	910,4	51,6%	59,8%	44,4%	-25,8%
Por Escolaridade						
Ensino Fund. (EF) Incompleto	448,2	689,7	53,9%	74,4%	64,7%	-13,0%
EF Completo e Médio incompleto	563,9	787,9	39,8%	60,3%	49,3%	-18,3%
Ensino Médio (EM) completo	1074,9	1291,9	20,2%	34,1%	27,1%	-20,6%
Por distribuição de renda						
Quintil 1	241,4	280,1	16,0%	87,2%	88,4%	1,5%
Quintil 2	428,0	553,4	29,3%	68,4%	63,1%	-7,8%
Quintil 3	579,2	711,5	22,8%	51,8%	48,6%	-6,2%
Quintil 4	767,6	896,6	16,8%	38,7%	34,1%	-12,0%
Quintil 5	1558,7	1646,0	5,6%	32,9%	25,3%	-23,1%
Por área						
Rural	357,4	619,6	73,4%	79,6%	67,5%	-15,3%
Urbano	839,6	1125,1	34,0%	47,4%	35,2%	-25,8%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

5. Evolução da estrutura do emprego dos jovens por tipo de ocupação: quadro geral

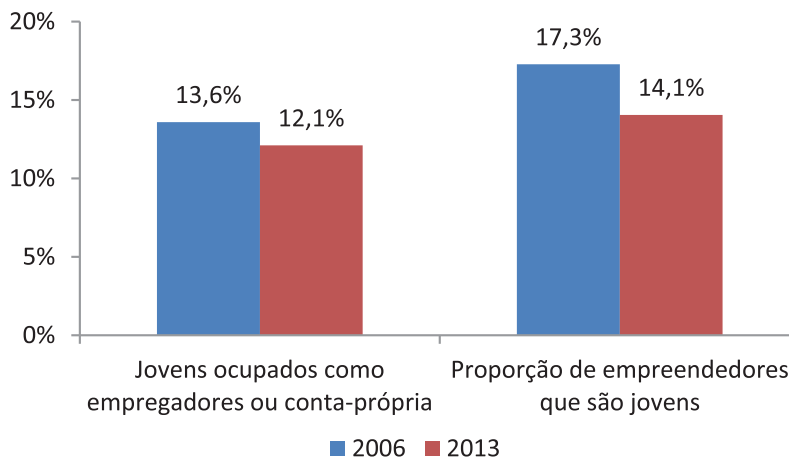
É necessário reconhecer que nem toda mudança relevante na composição do emprego do jovem pode ser associada inequivocamente como uma melhora ou uma piora de bem estar para o jovem. Um bom exemplo disso é a evolução da parcela de jovens que são empreendedores. Há quem diga que o empreendedorismo é o caminho mais indicado para jovens talentosos pois as soluções mais criativas tendem a vir desse segmento da população, ao mesmo tempo outros dizem que essa categoria estaria associada a uma posição indesejada por jovens que preferiam ter se inserido no mercado de trabalho como empregados e não o fizeram por falta de oportunidade.

Algo similar pode ser dito no que diz respeito ao setor de atividade onde o jovem se insere no mercado de trabalho. Em geral os postos de trabalho no comércio tendem a ser de pior qualidade do que os da indústria. No entanto há quem diga que a falta de experiência do jovem é uma barreira maior na indústria do que no comércio, e portanto uma experiência prévia no comércio pode permitir ao jovem uma oportunidade futura na indústria.

O objetivo dessa seção é portanto completar o diagnóstico de inserção do mercado de trabalho mostrando como evoluiu a composição do emprego dos jovens por determinados tipos de ocupação, inclusive os tipos comentados acima.

A primeira dimensão a ser analisada é a do empreendedorismo. Chamaremos de empreendedores aqueles indivíduos que se declararam na PNAD como ocupados na forma de conta-própria ou empregadores. O gráfico 5 reporta a evolução de indicadores relacionados a inserção de jovens no empreendedorismo. Nas duas primeiras colunas temos a parcela de jovens, entre aqueles ocupados, que são conta-própria ou empregadores. Essa parcela cai de 13,6% em 2006 para 12,1% em 2013. Note que esse indicador não nos permite saber como evoluiu a representatividade dos jovens entre os empreendedores. Para esse fim, computamos a parcela de empreendedores que são jovens. As duas colunas da direita mostram que esse indicador também caiu no período analisado, saindo de 17,3% em 2006 e atingindo 14,1% em 2013. Ou seja, o empreendedorismo está se tornando menos frequente entre os jovens, que por sua vez estão cada vez menos representado entre os empreendedores.

Gráfico 5

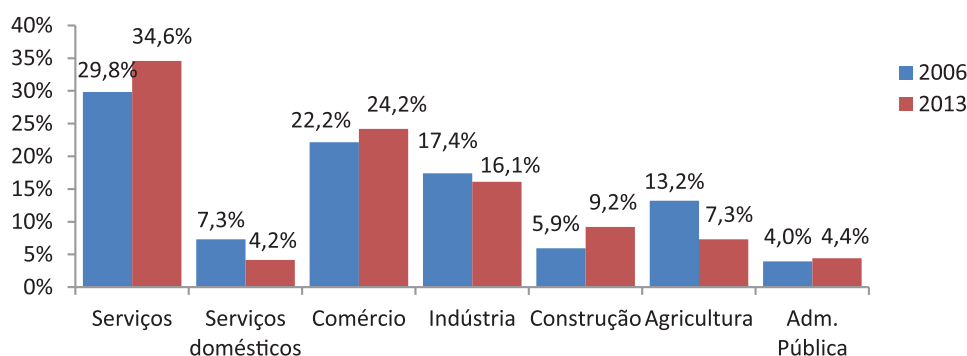




A segunda dimensão a ser analisada é a inserção dos jovens por setor de atividade. O gráfico 6 mostra a distribuição dos jovens ocupados por cada um dos agrupamentos considerados. Vale destacar que o serviço doméstico (ou emprego doméstico) foi isolado dos demais serviços. Os demais setores considerados foram: comércio, serviços, agricultura, construção, indústria e administração pública.

Chama atenção a considerável queda de participação dos jovens ocupados tanto no setor agrícola como no serviço doméstico. Em 2006 estes setores empregavam juntos 20,5% (13,2% + 7,3%) dos jovens. Em 2013 esta participação conjunta cai para 11,5% (7,3% + 4,2%). Os demais serviços e a construção civil são os setores cuja participação no emprego dos jovens mais cresce no período analisado. A parcela de jovens empregados nos demais serviços sobe de 29,8% em 2006 para 34,6% em 2013, enquanto a parcela de jovens ocupados na construção civil sobe de 5,9% para 9,2% no mesmo período.

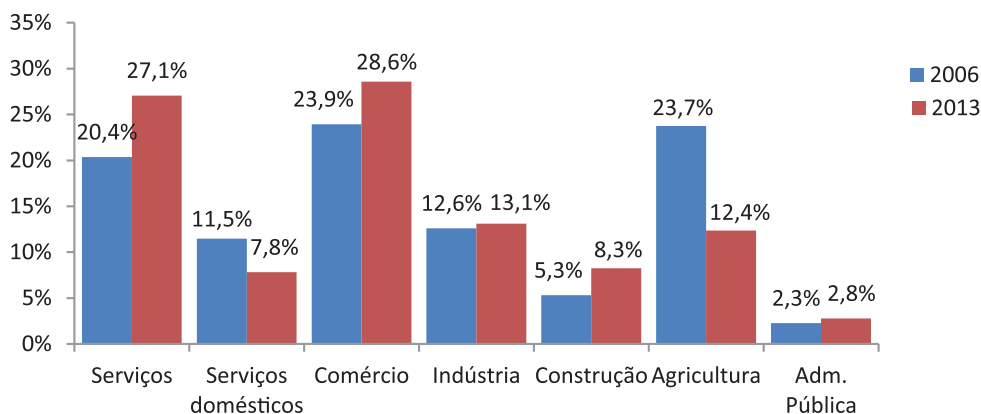
Gráfico 6 - Distribuição dos jovens ocupados por setor de atividade



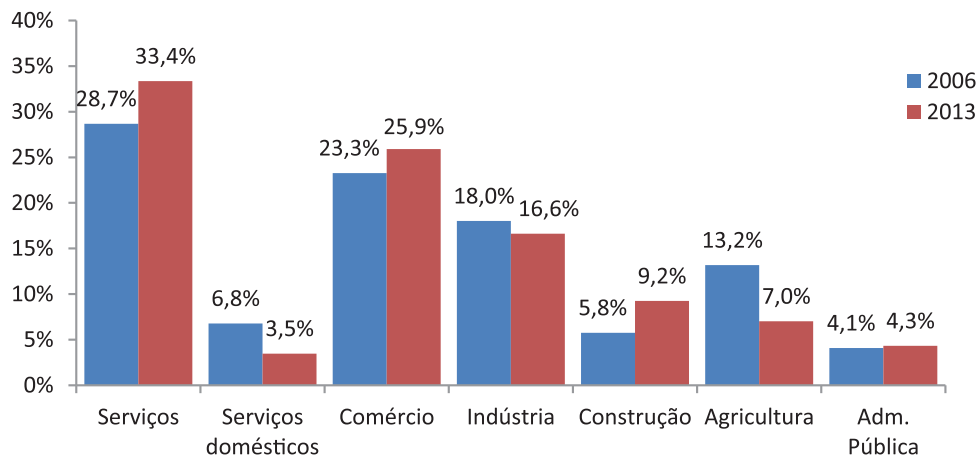
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Os gráficos 7 a 9 abaixo mostram que a distribuição dos jovens ocupados por setor variou em cada faixa etária da mesma forma comentada acima para o agregado dos jovens. Há apenas algumas diferenças de intensidade dos movimentos, com a faixa de 15 a 17 registrando uma queda mais intensa na parcela de jovens empregados na agricultura e um aumento mais intenso na parcela de jovens empregados no comércio, que, diferente do caso agregado, chega a ser tão relevante quanto o aumento registrado para o setor de construção.

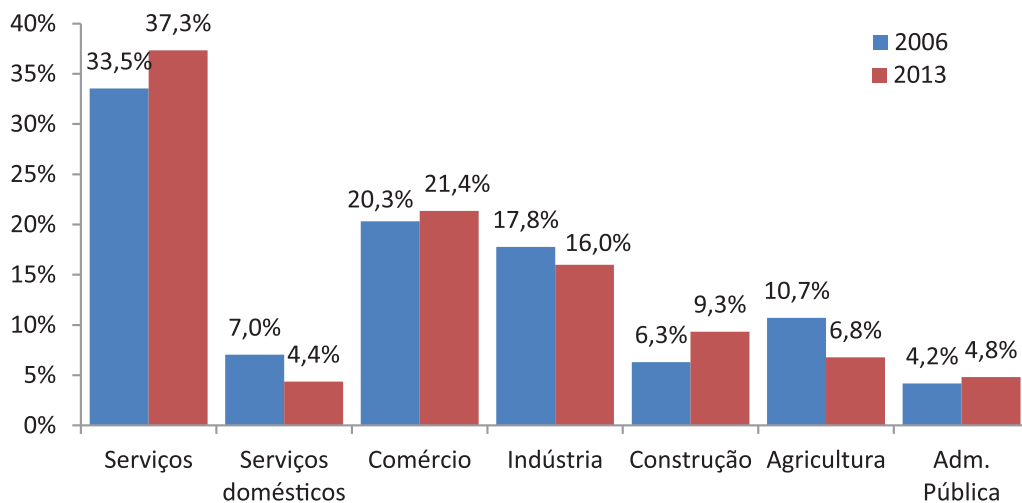
Gráfico 7 - Distribuição dos jovens ocupados de 15 a 17 anos por setor de atividade



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

**Gráfico 8 - Distribuição dos jovens ocupados de 18 a 24 anos por setor de atividade**

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Gráfico 9 - Distribuição dos jovens ocupados de 25 a 29 anos por setor de atividade

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA



6. Considerações Finais

Ao longo do período 2006 a 2013 há dois movimentos marcantes na evolução da inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. O primeiro é uma queda na parcela de jovens ocupados enquanto o segundo é uma melhora substantiva dos indicadores de qualidade do emprego, especialmente dos rendimentos do trabalho.

Tendo em vista que houve aumento real do salário mínimo, uma possibilidade de explicação poderia ser relacionada a uma substituição promovida por empregadores em prol dos adultos e em detrimento dos jovens. Essa hipótese parece ganhar força quando se percebe que a queda na ocupação é mais acentuada justamente entre os grupos que tradicionalmente já tem menores chances de contratação, em particular os jovens de 15 a 17 anos e os jovens de baixa escolaridade.

No entanto a queda na ocupação não é acompanhada de uma alta nas taxas de desemprego dos jovens, nem para os grupos mais afetados pela queda na ocupação. O que há é uma queda na taxa de participação concomitante a queda na ocupação. Ou seja, os jovens em geral e sobretudo os de 15 a 17 anos, estão saindo do mercado de trabalho. Logo outra hipótese a ser considerada para explicar ambas as quedas seria a permanência do jovem por mais tempo na escola antes de ingressar no mercado de trabalho.

Note que essas hipóteses não são excludentes, se considerarmos que escola e trabalho “concorrem” pelo tempo do jovem. Logo é possível que uma parcela tenha escolhido estudar por mais tempo e outra parcela tenha experimentado uma dificuldade maior em conseguir uma ocupação o que o levou a voltar ou permanecer na escola.

Há que se checar o envolvimento do jovem que sai do emprego (ou que tenta entrar e não consegue) com a escola. Esse envolvimento é de extrema importância pois a queda na ocupação é justamente mais pronunciada nos grupos em situação mais delicada (famílias pobres, negros, área rural).



7. Referências Bibliográficas

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M.; GONZAGA, G. e RIBEIRO, E. (2014) A Rotatividade dos Jovens no Mercado de Trabalho Formal Brasileiro. Em CORSEUIL, C. H. e BOTELHO, R. **Desafios à trajetória profissional dos Jovens Brasileiros**; IPEA.

OIT (2009) Trabalho Decente e Juventude.

REIS, M. (2014) Uma análise das características do Primeiro Emprego nas Regiões Metropolitanas do Brasil. Em CORSEUIL, C. H. e BOTELHO, R. **Desafios à trajetória profissional dos Jovens Brasileiros**; IPEA.

SNJ-IPEA (2014) Trabalho. Boletim Juventude informa n.2. Disponível em http://juventude.gov.br/articulos/participatorio/0009/3197/Boletim_Juventude_Informa-Trabalho.pdf

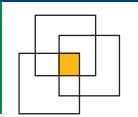


APÊNDICE:

Tabela 9: Evolução da qualidade do emprego por subgrupo - jovens 15 a 29 anos

Subgrupo	Jovens ocupados que recebem menos de um salário mínimo			Jovens ocupados como domésticos		
	2006	2013	Variação (%)	2006	2013	Variação (%)
Brasil	30,94%	21,06%	-32%	7,3%	4,2%	-43%
Por Faixa Etária						
15 a 17 anos	74,4%	66,0%	-11%	11,5%	7,8%	-32%
18 a 24 anos	30,98%	20,04%	-35%	6,8%	3,5%	-49%
25 a 29 anos	20,38%	14,02%	-31%	7,0%	4,4%	-38%
Por Gênero						
Homens	28,75%	19,14%	-33%	0,7%	0,5%	-34%
Mulheres	34,12%	23,68%	-31%	17,0%	9,3%	-45%
Por Cor/Raça						
Brancos	22,63%	15,43%	-32%	5,0%	2,6%	-48%
Pretos e Pardos	39,17%	25,97%	-34%	9,7%	5,6%	-42%
Por Escolaridade						
Ensino Fund. (EF) Incompleto	53,06%	41,45%	-22%	11,5%	8,1%	-29%
EF Completo e Médio incompleto	38,53%	31,47%	-18%	10,4%	6,4%	-39%
Ensino Médio (EM) completo	13,10%	11,07%	-16%	3,2%	2,2%	-30%
Por distribuição de renda						
Quartil 1	78,14%	85,65%	10%	13,3%	12,3%	-8%
Quartil 2	49,34%	48,86%	-1%	11,8%	9,0%	-24%
Quartil 3	28,11%	29,62%	5%	7,8%	6,6%	-15%
Quartil 4	14,57%	15,16%	4%	4,4%	3,6%	-17%
Quartil 5	8,08%	6,17%	-24%	0,9%	0,9%	7%
Por área						
Rural	65,38%	50,51%	-23%	6,1%	5,6%	-9%
Urbano	24,95%	17,46%	-30%	7,5%	4,0%	-47%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA



Organização Internacional do Trabalho

2015